

Resenha do livro O Pacto da Branquitude, de Cida BentoReview of the book *The Whiteness Pact*, by Cida BentoReseña del libro *El Pacto de la Blancura*, de Cida BentoFelipe Magno Silva Pires¹

Como homem preto e membro do Colegiado Negro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, sempre me interessei por estudos relacionados à questão da raça no Brasil e no mundo, sobretudo aqueles que apresentam e exemplificam as estruturas que sustentam o racismo e as relações de poder em nossa sociedade, apresentando uma nova perspectiva sobre o tema, como aponta Bento (2022, p. 14) no livro foco desta resenha, “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos”.

Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida, além de autora, é psicóloga, ativista e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), cuja missão é promover direitos à população negra no que diz respeito à luta pelo fim das desigualdades étnico-raciais, bem como no combate ao racismo. Cida Bento foi a primeira pessoa de sua família a entrar para a universidade, obtendo o grau de doutora.

Lançado pela Companhia das Letras em 2022, *O Pacto da Branquitude*, ainda em primeira edição, se propõe a apresentar de que forma a sociedade dita branca cria estruturas que validam suas posições no topo da estrutura social, por meio de um pacto não verbal que é transmitido entre as gerações em detrimento do povo preto, especialmente o feminino. “As sociedades [...] regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e

¹ Mestre em Sociedade e Cultura. Doutorando em Antropologia Social - ambos pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: felipe.pires@ifam.edu.br

branco” (Bento, 2022, p. 18).

No começo do livro, Cida traz à tona uma experiência pessoal familiar, quando seu filho chega da escola chateado porque um de seus colegas, após uma aula sobre a escravidão, se refere a meninos pretos como vergonhosos porque supostamente seriam descendentes de escravizados. Cida então chama atenção para a base da estrutura educacional, uma vez que a escola se preocupa apenas em “transmitir conhecimento”, sem fazer uma análise crítica do que foi de fato a escravidão de pessoas negras e de que modo essa prática nefasta ainda ecoa na sociedade atual. “O menino não via que eram pessoas do grupo racial a que ele pertence – branco – que haviam protagonizado a escravidão dos negros. E isso, sim, poderia ser motivo de vergonha” (Bento, 2022, p. 9).

A partir daí a autora problematiza a questão, ao informar que durante sua atuação na área de recursos humanos, mais de uma vez foi questionada por telefone porque havia indicado uma pessoa negra para atuar nas empresas, especialmente o caso de uma secretária, que não seria aceita porque o gerente do banco não queria uma pessoa com aquele perfil no cargo. Cida explica que a secretária é, quase sempre, a primeira pessoa a ser vista em um banco, e que isso, de acordo com o contratante, não poderia acontecer. Da escola ao campo do trabalho, Cida Bento evidencia a branquitude e sua estrutura de poder.

A autora resgata ainda o aspecto histórico da colonização europeia no Brasil. De acordo com Bento (2022, p. 29), “[...] foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus [...] foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste”. A diferenciação do poder fica clara quando a autora aponta que “[...] o Brasil se preocupou em prover reparação aos proprietários de escravizados” (Bento, 2022, p. 33). Quer dizer, com o advento da Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, as proles das mulheres escravizadas foram “libertas”, desde que fossem custodiadas pelo senhorio, que receberia uma compensação financeira assim que a criança completasse oito anos de idade, ou o “dono” da pessoa escravizada

poderia optar pelo trabalho forçado até os 21 anos, quando deveria de fato libertá-la.

Em 2021, a BBC News publicou uma reportagem sobre o Brasil e os Estados Unidos da América terem se tornado países tão diferentes sendo nações pavimentadas pela escravização. Para explicar isso, a repórter Camilla Veras Mota entrevistou a historiadora Brodwyn Fischer, da Universidade de Chicago, que leciona a disciplina *Brazil: Another American History*². Em suma, Fischer, que pesquisa a história brasileira há mais de 30 anos, explica que o fato de os dois países terem se tornado tão diferentes diz respeito à forma como ambos lidaram com o fim da escravidão. Enquanto os Estados Unidos sempre tiveram a característica de “legalizar brutalidades”, como Fischer explica em termos modernos o acesso às armas, no Brasil, mesmo após a decretação da Lei Eusébio de Queiroz, que reafirmava a proibição ao tráfico de negros, o próprio Estado brasileiro desenvolveu mecanismos para ajudar as pessoas a contornarem a lei, tendo em vista que cerca de 800 mil africanos foram trazidos ilegalmente para o Brasil para serem escravizados. De acordo com a historiadora, a principal diferença entre os dois países é que, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil o poder informal foi desenvolvido e consolidado (Mota, 2021), conformando estruturas que se sustentam até hoje, sendo uma delas a que Cida Bento chama de *Pacto da Branquitude* ao discutir a questão racial.

Com ênfase na estrutura do Estado Brasileiro, Cida Bento discute o Biopoder³. De acordo com Bento (2022, p. 49-0), “o racismo permite o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinadas do Estado [...]”.vCida Bento problematiza ainda a questão da ciência, que se debruçou, entre os séculos XIX e XX, em inferiorizar o negro em relação ao branco, ou discursar em favor de que a escravidão é que trouxe deformidades ao psicológico das

² Brasil: a outra história americana.

³ Conceito desenvolvido por Michel Foucault, refere-se à forma como o poder se exerce sobre a vida, ou seja, sobre o corpo e a população, buscando controlar e gerenciar a vida biológica.

peessoas pretas. “É interessante destacar que nenhum desses grupos de estudiosos apontou a existência de uma ‘deformação’ na personalidade do escravizador” (Bento, 2022, p. 62). A autora cita ainda o trabalho de Florestan Fernandes, que sempre foi uma referência entre os pesquisadores brancos no combate às desigualdades raciais, e mesmo ele só conseguiu evidenciar o impacto da escravização na personalidade da população preta. Bento (2022, p. 63) explica que “se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude”.

Entre a escola, uma vez que o maior número de evasão é de estudantes pretos e pretas, e a história, o pacto da branquitude se consolida no mundo do trabalho, pois mesmo nas empresas que se dizem partidárias da política de inclusão e diversidade, os programas relacionados a gênero e às pessoas que possuem deficiências são mais expressivos, o que não leva em conta toda a dimensão da estrutura da desigualdade racial.

A autora encerra o livro asseverando sobre a importância de o branco ter consciência de sua branquitude, e que isso só vem pela incessante discussão das relações de dominação, bem como da busca pela conquista de direitos constitucionais, que contemplem as minorias negras, quilombolas, femininas e indígenas, em busca de ambientes mais justos e igualitários.

O Pacto da Branquitude é um livro que imiscui relações pessoais da autora em contraposição com a história e com os ambientes escolares e do trabalho, uma pesquisa essencial para o entendimento das estruturas que privilegiam um segmento racial em detrimento de outro. Pesquisas como a de Cida Bento contribuem de forma significativa para os estudos sobre o Brasil e a condição do seu povo, sobretudo as minorias, além de chamar atenção para aspectos quase invisíveis de nossa sociedade, onde mesmo as microrrelações de poder ajudam a sustentar a superestrutura social que possibilita a prática do racismo.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que Cida Bento é psicóloga organizacional, bem como outras mulheres citadas por ela ao longo do livro são psicólogas sociais e/ou organizacionais, como Lia Schucman, Edith Piza e Fúlvia Rosemberg, o que demonstra que a discussão racial perpassa várias áreas do conhecimento, denotando a importância da psicologia, sobretudo sob o viés feminino, no que tange o entendimento das estruturas sociais que assolam as relações entre brancos e pretos no Brasil e no mundo. Tal afirmativa só reforça a importância do debate interdisciplinar. É necessário também que se promovam disciplinas que versem sobre o letramento racial e a história africana, de modo que crianças, como o filho de Cida Bento, não se tornem alvo de uma educação acrítica, que contribui para sedimentar o problema da relação entre pretos e brancos. É na base que a mudança é promovida.

Referências bibliográficas

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MOTA, Camilla Veras. Por que os Estados Unidos e o Brasil ficaram tão diferentes? Curso na Universidade de Chicago tenta explicar. **BBC News Brasil**. 2021. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59499807> >. Acesso em: 25 abr. 2025.